

Pluralismo eclesial e ecumenismo: quem é Igreja verdadeira?

Ecclesial pluralism and ecumenism: who is Church true?

Claudir Burmann¹

Resumo

Nas últimas décadas, tem havido intensa proliferação de denominações religiosas no contexto brasileiro. A maior parte delas se denomina “Igreja”, uma vez que se situam dentro do campo do cristianismo. Introduzindo novas formas de pregações e práticas, questionam “quem é a verdadeira Igreja” ou intitulam a si mesmas como a verdadeira Igreja. Paradoxalmente, igrejas tradicionais, como a Igreja Católica Apostólica Romana e igrejas protestantes “clássicas”, igualmente questionam a autenticidade e a idoneidade dessas inúmeras denominações eclesiais de história recente. Diante desse quadro, emerge outra questão: com quem caminhar eclesialmente junto em busca da unidade cristã? Ecumenismo permanece um ideal viável, considerando o pluralismo eclesial nesse contexto? É acerca dessa problemática que a presente abordagem tece considerações. O paradigma tradicional de ecumenismo pode estar chegando ao limite de seu esgotamento. Organizações e entidades ecumênicas tradicionais têm tido dificuldades em incorporar esses novos discursos e práticas em suas proposições. Novas formas e parcerias em busca da unidade cristã urgem, necessitando passos além dos que até o momento têm sido dados. Que novas formas e que novas parcerias é questão aberta, diante da pergunta quem é ou quais são verdadeiras igrejas?

Palavras-chave

Pluralismo eclesial. Verdadeira Igreja. Ecumenismo.

Abstract

In the last decades, there has been an intense proliferation of religious denominations in the Brazilian context. Most of them are denominated “Church”, since they are situated within the field of the Christianity. By introducing new forms of preaching and practice, they question “who is the true Church” or call themselves the true Church. Paradoxically, traditional churches, such as the Roman Catholic Church and “classical” Protestant churches, also question the authenticity and appropriateness of these countless ecclesial denominations of recent history. In the face of this picture, another question emerges: with whom to walk ecclesially together in search of Christian unity? Ecumenism remains a viable ideal, considering ecclesial pluralism in this context? It is about this problem that the present approach makes considerations. The traditional paradigm of ecumenism may be reaching the limit of its exhaustion. Traditional ecumenical organizations have struggled to incorporate these new discourses and practices into their propositions. New forms and partnerships in search of Christian unity are urgent, requiring steps beyond those that have been given so far. What new forms and new partnerships is open question, in front of the question who is or what are true churches?

Keywords

Ecclesial pluralism. True Church. Ecumenism.

¹ Doutorando em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Teologia pela Faculdade EST. Especialista em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bacharel em Teologia pela Faculdade EST e em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Professor no Centro Universitário Católica de Santa Catarina. Contato: ir.mann@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, uma das marcas da contemporaneidade é o pluralismo de singularidades. Diferentes modos de ser encontram possibilidade de se manifestar e expressar. Isso abrange questões individuais, por exemplo, no modo de apresentação visual, como também coletividades que buscam afirmar suas especificidades, por exemplo, através de danças, culinária, idioma. De um lado, isso traz um interessante colorido em nossos contextos sociais. De outro lado, representa um desafio para o reconhecimento e respeito às diferenças, numa readequação dos espaços em que antes não havia tal diversidade.

Em termos religiosos, igualmente é verificável a expansão da pluralidade de manifestações, seja de cunho cristão ou não, especialmente ao longo das últimas décadas. Se até o século XVIII a Igreja Católica Apostólica Romana era a única instituição religiosa em evidência no território brasileiro, isso começa a ser alterado no século XIX com a chegada de imigrantes europeus protestantes. A partir de mudanças político-econômicas, dentre imigrantes que ingressam no Brasil nesse período, houve de religiosidade anglicana, luterana, batista, presbiteriana, além de outras. A plena possibilidade de manifestação e organização dessas formas religiosas surge a partir da proclamação da República em 1889 e a nova constituição em 1891. Com a ‘liberdade religiosa’ advinda dessa constituição, ao longo do século XX, inúmeras ‘novas igrejas’ vão se estabelecendo no contexto brasileiro, como, por exemplo, a Congregação Cristã do Brasil, em 1910, a Assembleia de Deus, em 1911, a Igreja do Evangelho Quadrangular, em 1954. Esse processo de surgimento de ‘novas igrejas’ se intensifica a partir da década de 1960.

Ao longo do século XX, houve inúmeras iniciativas de organização das diferentes denominações cristãs, tendo em vista uma caminhada conjunta. Surgiu, por exemplo, a Associação Evangélica Brasileira (WOLFF, 2002, p. 76-89). A partir do Concílio Vaticano II, também a Igreja Católica Apostólica Romana ingressa oficialmente no debate e na caminhada ecumênica. A constituição do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), em 1982, representa o ápice desse processo de maturação ecumênica.

Entretanto, apesar da pluralidade de igrejas do contexto brasileiro, apenas algumas poucas denominações passam a integrar o CONIC. Perguntas subjacentes são: com quem caminhar conjuntamente? Quais os pontos são necessários observar para reconhecer mutuamente o *status* eclesial? Em si, está presente a questão: quem é a verdadeira Igreja?

1 CRISTIANISMO PLURAL E PLURALISMO ECLESIAL

Se a pluralidade eclesial é uma das marcas do campo religioso brasileiro contemporâneo, de certo modo, é reflexo de um processo histórico bem mais amplo da constituição do cristianismo. Desde o princípio, há mais de uma forma de compreensão e interpretação do fato gerador do cristianismo, qual seja, o evento Jesus de Nazaré – Jesus Cristo. Na literatura neotestamentária há registro de diferenças interpretativas em relação ao evento

original, com repercussão no processo de expansão da missão cristã. Por exemplo, em Atos dos Apóstolos 15, está retratado um debate acerca da necessidade ou não da circuncisão de quem não era judeu, mas que aderiu ao cristianismo. Em Gálatas 2,11-14, aflora divergência explícita entre Paulo, Pedro e Barnabé a respeito dessa questão. Quer dizer, é impossível idealizar os primórdios do cristianismo como pleno de harmonia entre os apóstolos e nas comunidades primitivas.

No processo de expansão do cristianismo, Hoornaert (1986, p. 91) aponta quatro ciclos ao longo do primeiro século da era cristã: os ciclos palestinese, antioqueno, asiático e da Síria oriental. É evidente que cada uma dessas regiões geográficas apresentava composições culturais próprias com as quais a mensagem cristã passa a dialogar e se formatar de uma maneira própria. A intensidade da influência da religião judaica, da cultura grega e da política romana é distinta nessas regiões, de modo que a forma de cristianismo que emerge igualmente é distinta entre si.

Conforme o mesmo autor, ao longo do segundo século da era cristã, podem ser destacados outros três ciclos missionários: os ciclos asiático, sírio e africano. Do ciclo asiático, resultaram dois movimentos internos ao cristianismo, o marcionismo e o montanismo, cujas afirmações entravam em confronto com outras doutrinas que vinham sendo afirmadas. O cristianismo que surge no ciclo siríaco veio a ser caracterizado como de tendência ascética, com renúncia ao casamento, sendo que o martírio era considerado como uma das maiores honras para uma pessoa cristã. Já o cristianismo do chamado ciclo africano localizava-se no norte da África, na região de Cartago, marcadamente popular, de caráter periférico, considerando o conjunto do cristianismo da época. Dentro disso, há ainda no segundo século o ciclo denominado etíope, caracterizado por autonomia, adesão à cultura popular e escolha preferencial por pessoas empobrecidas e marginalizadas (HOORNAERT, 1986, p. 98-118).

Quer dizer, no processo de expansão do cristianismo, efetivamente vai ocorrendo um diálogo com diferentes culturas. Esse diálogo, em maior ou menor intensidade, leva o cristianismo a se acomodar a determinados contextos, ou a rejeitar ou assimilar aspectos das culturas locais. Esse processo está na base da diversidade cristã que faz emergir uma pluralidade de formas doutrinárias. Em meio a essa diversidade e pluralidade surgem embates e combates mútuos, numa disputa pela hegemonia tanto doutrinária como organizativa. Surgem as acusações de heresia, originando condenações, processo que se estende até tempos recentes – ou até no tempo presente. Tanto uma e outra forma afirmam-se como interpretações autênticas acerca do evento original da fé cristã, sendo que prevalece a compreensão que em cada momento histórico apresenta maior poder de persuasão ou simplesmente maior poder de imposição.

Diferenças que levaram a divisões institucionais no cristianismo, desde o Concílio de Calcedônia, em 451, mesmo tendo diferentes compreensões doutrinárias, apresentam aspectos socioculturais próprios que marcam os modos diversos de afirmação da fé cristã. Questões político-culturais conduziram à nova ruptura institucional de impacto no seio do cristianismo em 1054. Do mesmo modo, uma mescla de questões sócio-político-culturais e teológicas levou

à Reforma protestante, sendo que o mesmo se processa nos movimentos pós-Reforma. Assim, ao longo da história do cristianismo, a pluralidade de modos de afirmação de fé sempre estiveram presentes, a partir do contato com as mais diferentes culturas em que foi se inserindo.

O contexto brasileiro no tempo presente, marcado pelo pluralismo eclesial, sem dúvida, representa readaptações do cristianismo a culturas locais, em transformação diante de uma transformação maior do país como um todo, passando por intensa urbanização desde as décadas 1950 e 1960. Em tempos de crise identitária, tendo em vista transformações ocorrentes, grupos sociais buscam se reafirmar, fazendo aflorar diversidades outrora não visibilizadas. Na reafirmação identitária, o âmbito teológico-religioso também é abrangido, sendo que algumas inovações são absorvidas e incorporadas a instituições eclesiais existentes e outras acabam por se organizar de modo independente. Tendo por base a afirmação de fé em Jesus Cristo, cada qual fundamenta-se nas Escrituras cristãs e se autoproclama “Igreja”, assumindo, negando ou, inclusive, rechaçando a história cristã precedente.

2 IGREJA – ALGUMAS COMPREENSÕES

A partir de textos bíblicos registrados em Atos dos Apóstolos, o surgimento das primeiras comunidades cristãs se situa a partir do evento denominado “Pentecostes”, cujo significado cristão é o empoderamento dos apóstolos com a vinda do Espírito Santo a eles. Na sequência, os apóstolos iniciam publicamente a pregação acerca de Jesus, pessoas passam ser batizadas como sinal de pertença ao cristianismo, reúnem-se em comunidades e, assim, a Igreja vai se formando. Trata-se, inicialmente, de grupos que se reúnem em casas, onde se ensaia um novo tipo de vida, numa partilha solidária, inclusive dos bens, em que se busca superar formas de desigualdades (At 4,32-37). Essa é, pois, uma das primeiras compreensões acerca do que seria Igreja verdadeira: um lugar de intensa comunhão em fraternidade e solidariedade.

Ao longo do Novo Testamento aparecem diversas metáforas que buscam indicar o que é a Igreja. Uma das comparações mais populares é entre Igreja e um corpo constituído por muitas partes (1Cor 12,12-27). Outra comparação é com um edifício, sendo Jesus Cristo o único alicerce (1Cor 3,9-17). “Família de Deus” é outra figura de linguagem usada (Ef 2.19). Em Apocalipse 19,7, a Igreja é comparada a uma “noiva” ou “esposa”, sendo Cristo o “noivo” – Cordeiro. A Igreja ainda é comparada a um rebanho a ser cuidado com todo zelo (1Pe 5,2). Todas essas metáforas são reflexos de situações vivenciais com um caráter instrutivo às comunidades locais da época e apontam para um conceito positivo de Igreja.

No decorrer da história, em meio a perseguições no contexto do Império Romano e entendimentos doutrinários divergentes, vai sendo afirmada uma forma institucional de Igreja cada vez mais hierarquizada e nem sempre compatível com as metáforas citadas. No século IV, o cristianismo, por sua vez, a Igreja, vem a se tornar a religião oficial do Império (DREHER, 1993, p. 71), o que denota a repercussão de sua pregação, de um lado, mas também a sua cooptação pelos poderes políticos de então. Além disso, define-se a primazia do bispado romano

em relação aos demais bispos, sendo que Pedro passa a ser reconhecido como primeiro bispo de Roma, recebendo a designação póstuma de papa.

No período da Reforma protestante, em meio a polêmicas doutrinárias, surge a compreensão de que a Igreja verdadeira está em todo lugar onde a Palavra de Deus é anunciada e os sacramentos são retamente celebrados. Conforme Lutero:

Em primeiro lugar se reconhece este povo santo cristão quando possui a santa palavra de Deus [...]. Onde, pois, ouves tal Palavra e vês que é pregada, crida, confessada e cumprida, aí não tenhas dúvida que com certeza aí está uma verdadeira santa Igreja católica, um santo povo cristão [...]. Em segundo lugar se reconhece tal povo de Deus ou santo povo cristão no santo Sacramento do Batismo, onde este é ensinado, crido e administrado corretamente, segundo a ordem de Cristo [...]. Em terceiro lugar se reconhece o povo de Deus ou um santo povo cristão no Sacramento do Altar, onde ele é administrado, crido e recebido corretamente de acordo com a instituição de Cristo [...]. Em quarto lugar se reconhece o povo de Deus ou os santos cristãos nas Chaves que usam publicamente, isso é, como o determina Cristo em Mateus 18.15ss.: quando um cristão peca, o mesmo deve ser disciplinado [...]. Em quinto lugar se reconhece a Igreja exteriormente no fato de consagrar ou convocar servidores eclesiais, ou de ter cargos que ela deve prover [...]. Em sexto lugar se reconhece exteriormente o santo povo cristão na oração pública de louvor e agradecimento a Deus [...]. Em sétimo lugar se reconhece exteriormente o santo povo cristão no meio da salvação da santa cruz [...]. (LUTERO, 1992, p. 409-421, grifos do autor).

Em boa medida, a partir do século XVI, esse pensamento permeou movimentos reformistas também de outras tendências. Ou seja, houve um deslocamento da centralidade do papado romano em relação ao reconhecimento da Igreja verdadeira, abrindo imensamente o leque de possibilidades de comunidades cristãs se estabelecerem sob a denominação “Igreja”.

Diante do acontecimento da Reforma protestante, a Igreja Católica Apostólica Romana cada vez mais passa a se autoafirmar como a única Igreja verdadeira. No Concílio Vaticano II, é clarificada sua compreensão eclesiológica como “corpo místico de Cristo”, povo de Deus, reiterando o primado de Pedro como “princípio e fundamento perpétuo e visível da unidade de fé e comunhão” (LG 18). Nesse mesmo documento, compreende ser “a única Igreja de Cristo, que no credo confessamos ser una, santa, católica e apostólica”. Em outro documento do Vaticano II chega-se a reconhecer a autenticidade entre quem está em outra comunhão de fé cristã:

Por isso, as Igrejas e Comunidades separadas, embora creiamos que tenham defeitos, de forma alguma estão despojadas de sentido e de significação no mistério da salvação. Pois o Espírito de Cristo não recusa servir-se delas como de meios de salvação cuja virtude deriva da própria plenitude de graça e verdade confiada à Igreja católica (UR 3).

Mesmo assim, logo na sequência, no mesmo item, é reiterado que “só pela Igreja católica de Cristo, que é o meio geral de salvação, pode ser atingida toda a plenitude dos meios salutares”.

Com esses dois exemplos de compreensão acima, protestante e católica romana, evidenciam-se os polos de debate teórico-teológico e o embate prático acerca da Igreja verdadeira. Do lado católico romano, a questão se mantém clara a partir de seus documentos conciliares. Do lado não católico romano, há a convicção de que a Igreja verdadeira existe muito além da instituição cristã majoritária. O fundamento dessa compreensão é buscado em passagens bíblicas como a que afirma que o Espírito Santo sopra onde quer, sem que seja possível prendê-lo (Jo 3,8). A problemática que surge, a partir dessas diferentes formas doutrinárias acerca de Igreja verdadeira e de vivenciar a fé em Cristo, é a pergunta sobre quem tem a interpretação correta, dentre outras questões, sobre a salvação, a prática correta de batismo, da ceia do Senhor, bem como qual a ética e moral correspondentes à pregação de Jesus de Nazaré.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade integrada, em que as pessoas convivem e se inter-relacionam, independentemente de sua confissão religiosa, surgem questões práticas motivadas pela forma cristã de crer como: a) num casal em que uma das partes, por razões de fé religiosa, não pode utilizar método anticoncepcional, sendo que para a outra parte não há problema algum – quem está com a verdade? b) quem está certo, quem pratica o dízimo rigorosamente ou quem tem outra forma de contribuição financeira? Além disso, entre as inúmeras denominações cristãs há uma profusão de terminologias e de linguagens que criam confusão, diante de sentidos diferentes que são atribuídos a termos como presbitério, congregação, ministério, bispo, apóstolo, missionário, dentre outros.

Organizações ecumênicas tradicionais como o CONIC tem seu foco voltado em questões peculiares, estando fora de seu roteiro promover certa ordenação do pluralismo eclesial. Apesar de estar presente a promoção da unidade entre pessoas e denominações cristãs, há dificuldade em alcançar o conjunto das organizações que se denominam cristãs, embora sua atuação através das igrejas que o integram abrangam cerca de 70% da população brasileira.

Entretanto, uma das problemáticas maiores ainda permanece no reconhecimento mútuo entre denominações cristãs em relação à autenticidade da fé em Cristo, experienciada em modos plurais. De certa maneira, paira uma desconfiança mútua entre igrejas integrantes da caminhada ecumênica, via CONIC, e demais instituições eclesiais, tanto as com maior como as de menor expressividade numérica. Essa desconfiança evidencia não reconhecimento mútuo, sendo que cada qual busca se proclamar como a “Igreja” que está no caminho correto – ou até a única que está no caminho correto, considerando a pregação original de Jesus de Nazaré. ✝

REFERÊNCIAS

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Decreto Unitatis redintegratio:** sobre o ecumenismo. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Lumen gentium**: constituição dogmática sobre a Igreja. 23. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

DREHER, Martin. **A Igreja no Império Romano**. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

HOORNAERT, Eduardo. **A memória do povo cristão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**: debates e controvérsias. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1992. v. 1.

WOLFF, Elias. **Caminhos do ecumenismo no Brasil**: história, teologia, pastoral. São Paulo: Paulus, 2002.